

DESAFIOS PARA A TRANSVERSALIZAÇÃO DO CURRÍCULO: O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Josineide Barbosa Pereira ¹
Normanda Patrícia Rafael de Sá Aragão ²
Tatiany de Oliveira Simas ³
Orientadora: Rosilene Felix Mamedes ⁴

RESUMO

O presente projeto teve como intencionalidade articular o conceito de gênero de forma transversal no currículo de uma escola estadual da Paraíba. Inicialmente foi necessário difundir de forma clara o conceito de gênero, não como vem sendo difundido erroneamente como marcador de sexo em nossa sociedade, mas como construção identitária, de sujeitos que se reconhecem subjetivamente como masculino, feminino, e para além, aqueles que estão em construção ou modulação. Buscamos o suporte metodológico em Heleiet Saffiotti, que aborda a violência de gênero como uma manifestação das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, enraizada em uma estrutura social patriarcal. Realizamos oficinas pedagógicas de leitura e compreensão de texto através de uma sequência didática com textos do gênero literário e não literário que abordam a violência de gênero, e trazem à tona as questões referentes a causa dessa violência, como a estrutura social foi criada e pensada para que as classes dominantes pudessem se perpetuar no poder. De forma interdisciplinar as atividades desenvolvidas ao longo das oficinas permitiram que fosse promovida uma conscientização por parte do corpo discente e docente, nossas discussões resultaram em ações concretas de combate à violência de gênero dentro e fora do espaço escolar, uma vez que as mídias sociais foram utilizadas para divulgar campanhas de combate e enfrentamento a violência de gênero, o espaço de acolhimento e escuta dentro do espaço escolar foi ampliado através da construção de um currículo que levou em consideração a transversalização do conhecimento na construção de uma sociedade mais justa e equânime, amparada nos interesses e necessidades dos alunos. Além do mais esses preceitos perpassam pela inclusão de toda pluralidade cultural presente na escola em um currículo flexível que respeita a diversidade e discute caminhos para o combate à toda e qualquer forma de discriminação.

Palavras-chave: Gênero; transversalização; currículo.

¹Especialista em Literatura e Cultura pela Universidade Estadual da Paraíba, josineidebarbosa.barbosa@gmail.com;

²Mestranda do curso PROFLETRAS da Universidade Federal da Paraíba: normandapatricia@gmail.com;

³ Mestre pelo curso de pós graduação de História da Universidade Federal da Paraíba, tatiana_simas@hotmail.com;

⁴ Doutora pelo Curso de Linguística da Universidade Federal da Paraíba, rosilenefmamedes@gmail.com;

1. INTRODUÇÃO

A questão de gênero tem se consolidado como um dos temas centrais no debate sobre educação, especialmente no contexto das desigualdades estruturais que persistem na sociedade contemporânea. A escola, enquanto espaço de formação cidadã, segundo a BNCC (2017), desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma cultura de equidade. No entanto, a incorporação de uma perspectiva de gênero no currículo escolar ainda enfrenta resistências e mal-entendidos, que frequentemente confundem gênero com sexo biológico, limitando as discussões a um binarismo simplista.

Conforme dados do atlas da violência (2024), o alto índice de violência na fase da infância, reverbera na fase da adolescência e se perpetua na vida adulta. Kinsfogel e Grych (2004), salienta que a violência contra a mulher na infância é repassada para a vida adulta, a naturalização da violência contra a mulher como parte das relações afetivas e que esses comportamentos são efetivados através dos processos de socialização através da validação de seus pares. Partindo desses dados preocupantes, faz-se necessário uma intervenção urgente por parte de toda a sociedade afim de amenizar esses percentuais, iniciativas como a promoção de políticas públicas de combate e prevenção a violência vem sendo amplamente discutida em nossa sociedade por parte dos movimentos feministas, de promoção a vida e direitos humanos. Dentre os mecanismos adotados temos a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), nos alerta sobre a importância dos mecanismos de prevenção da violência contra a mulher no art. 1º e no art. 8º incisos II, VII e IX, que instrui para a promoção de programas educacionais, com destaque aos currículos escolares de todos os níveis para conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presente projeto visou a superação dessas barreiras, propondo uma transversalização do conceito de gênero no currículo de uma escola Estadual na Paraíba. Ao articular gênero como uma construção identitária, o projeto buscou contribuir para a formação de sujeitos conscientes de suas identidades e das dinâmicas de poder que permeiam as relações sociais. Segundo Saffiotti (2007), a violência de gênero, em particular, é abordada como uma manifestação extrema dessas dinâmicas, reforçada por estruturas patriarcais que perpetuam desigualdades. Saffiotti (2007), relaciona a violência de gênero à desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, o projeto

desenvolveu uma sequência didática interdisciplinar focada na leitura e compreensão de textos que exploram essas temáticas. Por meio de oficinas pedagógicas, foram promovidas discussões que não apenas conscientizaram a comunidade escolar, mas também estimularam a adoção de práticas concretas de enfrentamento à violência de gênero.

2.Objetivo Geral

- Integrar o conceito de gênero de forma transversal no currículo escolar, visando à construção de uma cultura de equidade e respeito à diversidade dentro e fora do ambiente escolar.

Objetivos Específicos:

- Difundir o conceito de gênero como uma construção identitária, superando interpretações reducionistas que o associam exclusivamente ao sexo biológico.
- Utilizar oficinas pedagógicas para promover a leitura crítica de textos literários e não literários que abordam a violência de gênero e as dinâmicas de poder na sociedade.
- Ampliar o espaço de acolhimento e escuta no ambiente escolar, criando um ambiente seguro para a discussão de temas relacionados à violência de gênero e outras formas de discriminação.
- Promover ações concretas de combate à violência de gênero, utilizando as mídias sociais como ferramenta de conscientização e mobilização.
- Construir um currículo flexível que respeite a diversidade cultural presente na escola e que aborde, de forma interdisciplinar, caminhos para o combate a todas as formas de discriminação

REFERENCIAL TEÓRICO

O poder nas relações entre homens e mulheres são exercidos de forma desigual, sob a face da potência e da impotência como descrito por (Saffioti e Almeida, 1995), “As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência.” As relações de poder são testadas quando mulheres constantemente agredidas pedem ajuda ou tentam sair de relacionamentos abusivos, o homem em sua condição de macho dominador não aceita o rompimento do ciclo de violência e toma atitudes cruéis que ainda não são devidamente punidas em nossa sociedade. Devemos lutar por políticas públicas

que visem a extinção desses comportamentos violentos, através de ações preventivas, não só suas punitivas, mas implementar estratégias que impeçam que esses crimes continuem acontecendo.

Saffioti (2007), faz uma reflexão relacionada a mudança de comportamento no conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. A autora também se refere a gênero como uma construção social do masculino e do feminino. Apesar do patriarcado ter perdido força no âmbito judicial, em que leis hediondas como a defesa da honra foi retirado de nosso código penal, seguimos em novos embates a exemplo da culpabilização da vítima de violência de gênero que ainda é amplamente difundida: “E as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo.” (Saffioti, 2007), pois as violências que afetam as mulheres são marcadas também pelas diferenças econômicas, culturais, etárias, raciais, de identidade de gênero, de orientação sexual, de deficiência, idiomáticas, de cosmogonia e de religião.

Os papéis biológicos de homens e mulheres coadunam para uma relação de poder, uma pretensa superioridade do gênero masculino sobre o feminino (Santrock, 2009). O entendimento dos papéis sociais do que é ser homem e mulher são adquiridos através da observação na infância, por um sistema perverso de recompensa e punições que essas crianças vivenciam em seu convívio familiar. O autor também observa que, durante a adolescência, esse sistema de observação, imitação e recompensas e punições se intensificam, especialmente entre os pares. É através da observação e aprovação dos colegas que os adolescentes moldam suas atitudes e comportamentos. No ambiente escolar, os comportamentos relacionados ao gênero tendem a ser regulados pelos grupos sociais, o que faz com que os colegas desempenhem um papel crucial na socialização dos gêneros, ensinando uns aos outros quais comportamentos são aceitos ou rejeitados.

Segundo dados de notificações hospitalares registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde (MS), no período entre 2012 e 2022. Registrou que em 79% dos casos de violências cometidas contra crianças de 0 a 4 anos aconteceram dentro de suas casas, de 5 a 14 anos 54,9% e de 15 a 19 anos 42%. No entanto, cada tipo de violência apresenta predominância relativa distinta entre as faixas etárias, sugerindo uma transição do tipo de violência prevalecente ao longo da vida. Esses números nos mostram que a sociedade está falhando em proteger crianças

e adolescentes. Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), “Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde (...)”. No entanto as estatísticas mostram que no Brasil existem faixa-etárias de risco e fazendo esse comparativo a questão de gênero os números são ainda mais preocupantes, resultado de uma sociedade adoecida pelo ciclo de violência e abusos perpetrados, por ainda haver uma separação dos espaços públicos destinados aos homens e um espaço privado destinados as mulheres, “essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher” (Louro, 1997). Como afirma, Louro (1997), esses espaços vêm sendo rompidos pelos movimentos feministas ao longo da história, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Na perspectiva do campo educacional de prevenção a múltiplas violências e violação dos direitos humanos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), destaca seu compromisso claro com a educação integral de crianças e adolescentes. Que a escola deve se afirmar como um espaço de aprendizado e de democracia inclusiva, promovendo a prática contínua de não discriminação, de combate ao preconceito e de respeito às diferenças e diversidades. Respeitando a singularidade e diversidade de cada criança, adolescente, jovem e adulto, vistos como protagonistas de sua própria aprendizagem. Este documento zela pela transversalidade do currículo em todo seu escopo, além de oportunizar aos estados e municípios autonomia para desenvolver suas propostas pedagógicas. “Os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.” (BNCC, 2017).

A Lei 12.875 de 14 de novembro de 2023 que prevê que as escolas da Rede Pública do Estado da Paraíba irão incluir a temática da prevenção da violência contra a mulher como conteúdo de seu currículo escolar. Conforme a Lei Maria da Penha que traz em seu aparato legal o combate e prevenção à violência contra a mulher através de políticas públicas no âmbito da educação. A Lei 12.875 prevê em seus artigos, que fica a cargo da Secretaria da Educação prever em sua organização pedagógica para o ano letivo de 2024, formação continuada que possa apoiar as escolas sobre a abordagem para esse tema. Segundo disposto no Art. 2º da lei: “Os professores serão habilitados, por intermédio de

procedimentos de formação continuada, a trabalhar com o tema mencionado no artigo anterior, promovendo a transversalidade dos mesmos.”

METODOLOGIA

Utilizamos a metodologia ativa para a sequência didática gamificada que envolveu a aplicação de elementos e dinâmicas de jogos no processo de ensino-aprendizagem para promover maior engajamento, motivação e aquisição de conhecimento. Conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), uma sequência para o aluno, isto é, as capacidades que devem desenvolver para melhor dominar o gênero de texto em questão. Então de forma interdisciplinar mobilizaremos diversas competências e habilidades discursivas, assim como habilidades e competências das demais disciplinas da BNCC. Uma vez que esse plano de ação conta com a colaboração dos professores das disciplinas de biologia, matemática e geografia. Como Moran (2013) afirma, “a interdisciplinaridade favorece a formação de um sujeito mais crítico e reflexivo, capaz de articular saberes e enfrentar desafios complexos”

O projeto foi aplicado em duas etapas: primeira etapa realizamos oficinas pedagógicas de leitura e compreensão de texto através de sequências didáticas com os textos do gênero narrativo: O conto: “Venha ver o pôr do sol” de Lygia Fagundes Telles e a crônica: “Tragédia Brasileira” de Manuel Bandeira, com ênfase no tema transversal violência contra a mulher. A conscientização é o primeiro passo para enfrentar a violência contra a mulher. É necessário que os alunos conheçam as diferentes formas de violência, incluindo a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essa educação ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos de gênero que perpetuam a violência. Minayo (1994) destaca que “a violência é um fenômeno social complexo que requer uma abordagem interdisciplinar e educativa para ser compreendida e enfrentada de maneira eficaz”.

As sequências Didáticas foram elaboradas a partir dos postulados da SD de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), onde foi apresentado o conteúdo inicialmente, as habilidades da BNCC, gêneros textuais, questionando o conhecimento prévio dos alunos, em seguida em módulos (oficinas pedagógicas) foram trabalhados os conhecimentos escolarizados a respeito da violência de gênero por meio de atividades que visem desenvolver habilidades específicas de leitura e compreensão de texto. O conceito de

gamificação foi apresentado aos alunos por meio de atividades práticas que os levaram a desenvolver competências leitoras e a transversalização da violência de gênero de forma interativa, viabilizando a construção do conhecimento de forma autônoma.

Na segunda etapa do projeto organizamos um escape room baseado no conto “Venha ver o pôr do sol”. Os alunos deviam resolver enigmas e completar tarefas relacionadas à história para "escapar" da sala física. Nesse caso o enigma proposto foi encontrar a cripta onde a personagem Raquel foi trancada e a chave que abre o cadeado. O escape room incentivou o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica. Os alunos foram desafiados a interpretar pistas, muitas vezes complexas, e a usar a lógica para chegar a conclusões corretas. Esse processo de decifração de enigmas ajuda a aprimorar a capacidade dos alunos de analisar e interpretar textos de forma mais profunda. De acordo com Poltronieri (2018), o escape room cria um ambiente de aprendizado onde os participantes são motivados a engajar-se criticamente com o conteúdo, o que é essencial para a educação de estratégias literárias.

As discussões realizadas durante as oficinas pedagógicas transcenderam o espaço escolar e se materializaram em ações concretas de combate à violência de gênero, tanto dentro quanto fora da escola. A culminância desse processo foi a criação de uma campanha educativa que visou conscientizar a comunidade escolar e o público externo sobre a gravidade da violência de gênero e a importância de seu enfrentamento. Essa campanha foi desenvolvida pelos próprios alunos, que, a partir dos conhecimentos adquiridos, elaboraram cartazes e materiais gráficos utilizando o aplicativo Canvas. Esses materiais abordavam temas como o reconhecimento de sinais de relacionamentos abusivos, a desconstrução de estereótipos de gênero, e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Para garantir que a mensagem alcançasse um público amplo, as mídias sociais foram utilizadas como uma ferramenta estratégica de divulgação. Os alunos, com o apoio dos professores, criaram perfis e páginas em plataformas como Instagram e Facebook, onde os materiais da campanha foram compartilhados. Além dos cartazes, os estudantes produziram vídeos curtos e posts educativos que exploravam os temas discutidos nas oficinas, como o patriarcado, os movimentos feministas, e a importância da solidariedade entre as vítimas de violência. Essas ações nas mídias sociais foram planejadas para ter um alcance maior, engajando não apenas os estudantes e suas famílias, mas também a comunidade em geral. A utilização de hashtags específicas e a participação em desafios e campanhas online sobre temas relacionados permitiram que a campanha tivesse maior

visibilidade, incentivando a discussão sobre a violência de gênero além dos muros da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gamificação pode contribuir para a avaliação contínua das competências leitoras. Através de sistemas de pontuação e feedback em tempo real, tivemos como monitorar o progresso dos alunos de maneira mais eficaz, identificando áreas de dificuldade e ajustando nossas estratégias de ensino conforme necessário. Segundo Mattar et al. (2018), "a gamificação oferece mecanismos de feedback contínuo que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e para o ajuste das práticas pedagógicas". Por todos os motivos apresentados a gamificação foi uma estratégia poderosa para o desenvolvimento das competências leitoras, oferecendo um ambiente de aprendizagem mais motivador, personalizado e colaborativo. Ao integrar elementos de jogos nas atividades de leitura, poderemos aumentar o engajamento dos alunos, promover a autonomia e proporcionar uma experiência de aprendizado mais rica e eficaz.

Essa abordagem prática e digital foi fundamental para que os alunos percebessem o poder de suas vozes e ações na promoção de mudanças sociais. Eles não apenas absorveram o conteúdo teórico das oficinas, mas também aplicaram o conhecimento de maneira ativa e criativa, tornando-se agentes de transformação em suas comunidades. Ao verem a repercussão de suas postagens e a resposta positiva de outros usuários das redes sociais, os estudantes sentiram-se motivados a continuar engajados em causas sociais, reconhecendo a importância de se posicionar contra a violência de gênero em todas as esferas da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto demonstrou que a gamificação apresenta impactos exitosos para o ensino de língua portuguesa, assim como assinalou possibilidades de sucesso nas demais áreas do conhecimento; Conseguimos promover maior interesse na leitura e produção de textos dentro e fora do ambiente de sala de aula por parte dos alunos e ainda o desenvolvimento de competências leitoras, em concomitância com o desenvolvimento de habilidades para o uso de aplicativos, que auxiliaram no estudo de outras disciplinas e situações estudantis ou não de forma inquestionável foi exitosa na solução de problemas pedagógicos como: a falta de interação em sala de aula, os problemas relacionados a

comprometimento com a aprendizagem, assim como a recomposição de habilidades e competências de letramento.

De acordo com Mattar et al. (2018), a gamificação oferece mecanismos de feedback contínuo que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e para o ajuste das práticas pedagógicas, o que se refletiu positivamente na promoção do interesse dos alunos pela leitura e produção de textos. A integração de dinâmicas de jogos no processo pedagógico não apenas despertou maior interesse dos alunos, mas também contribuiu significativamente para o desenvolvimento das competências leitoras e outras habilidades essenciais. Como afirma Poltronieri (2018), o uso de escape rooms e outras dinâmicas interativas cria um ambiente de aprendizado que estimula o engajamento crítico com o conteúdo, facilitando a compreensão de temas complexos, como a violência de gênero. Os resultados indicam que as atividades gamificadas permitiram uma abordagem mais dinâmica e colaborativa do conteúdo, alinhada com os princípios da metodologia ativa descritos por Moran (2013), que destacam a importância da interdisciplinaridade na formação de sujeitos críticos e reflexivos. A utilização de ferramentas digitais e a criação de campanhas educativas foram estratégias particularmente eficazes para conectar o conhecimento teórico com práticas concretas e engajar a comunidade escolar em ações de combate à violência de gênero, reforçando o que Saffioti (2007) aponta sobre a necessidade de estratégias educativas para enfrentar e desconstruir estruturas patriarcais.

Além disso, a experiência mostrou que a gamificação pode ajudar a resolver problemas pedagógicos comuns, como a falta de interação em sala de aula e o desinteresse pelos conteúdos abordados. A teoria de Santrock (2009) sobre o papel das influências sociais na formação das identidades de gênero ressalta a importância de abordagens educacionais que desafiem estereótipos e promovam uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder. Ao criar um ambiente mais estimulante e motivador, o projeto possibilitou uma recomposição significativa das habilidades de letramento e um aumento no engajamento dos alunos. Embora o projeto tenha alcançado resultados positivos, há espaço para aprimoramentos. Recomenda-se a continuidade e expansão das atividades gamificadas para outras disciplinas e temas relevantes, além da realização de uma avaliação mais detalhada do impacto a longo prazo dessas abordagens na aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos. A integração de feedback contínuo e a adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades dos alunos são fundamentais para o sucesso contínuo dessas iniciativas.

Em suma, a gamificação se revelou uma estratégia pedagógica poderosa e inovadora, que, além de promover o desenvolvimento acadêmico, contribuiu para a formação de uma consciência crítica e atuante nos alunos, preparando-os para enfrentar e transformar as questões sociais relevantes em suas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Fev. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso: 16 Fev. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: Fev. 2024.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita**: apresentação de um procedimento. In: ROJO, Roxane; 147.

FREIRE, Paulo. **"Pedagogia do Oprimido"**. Paz e Terra, 1987.

FRASER, Márcia Tourinho; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **DA FALA DO OUTRO AO TEXTO NEGOCIADO: DISCUSSÕES SOBRE A ENTREVISTA NA PESQUISA QUALITATIVA**. Bahia: *Paidéia*, 2004, 14 (28), 139 -152

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de administração de empresas. São Paulo V.35, N3, P.20-29. 1995.

LEI: **Maria da Penha**: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Lei: **Prevenção da violência contra a mulher**: Lei Nº 12.875, de 15 de Novembro de 2023. Palácio do Governador do Estado da Paraíba.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 16 ed. 2014.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

MEYER, D. E. **TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO**: fragmentos históricos e desafios atuais. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 jan/fev;57(1):13-8

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas: Papyrus, 2013.

POLTRONIERI, Fabrizio Augusto. **Apontamentos sobre novos rumos estéticos para as sociedades gamificadas.** In: SANTAELLA, Lúcia;

NESTERIUK, Sérgio; FAVA, Fabrício (org.). **Gamificação em debate.** São Paulo: Blucher, 2018. p. 83-93.

PARÁIBA. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais 2024.** Disponível em: <file:///C:/Users/Neide/Downloads/6_DIRETRIZES%20OPERACIONAIS%202024_versao_fev_compressed.pdf >. Acesso em: Mar. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTROCK, John W. (2009), **Psicologia Educacional.** (7th edition), Boston, McGraw-Hill

Kinsfogel, K. M. & Grych, J. H. (2004). **Interparental conflict and adolescent dating relationships: Integrating cognitive, emotional, and peer influences.** Journal Family Psychol. Vol. 18. n. 3.

!